

# A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA

*Robinson Cavalcanti*

## **1. Um Continente em Construção**

Somos um continente em construção. Ao contrário das antigas civilizações asiáticas e da velha Europa que contam com séculos e séculos de História, uma cultura e instituições estabelecidas, o Novo Mundo - apesar dos 500 anos de sua "descoberta" - continua a ser uma região marcada pela instabilidade e por grandes interrogações em relação ao seu futuro.

Antes da presença ibérica nunca fomos uma unidade. Vivíamos divididos em etnias e unidades políticas em estágios culturais bastante diferenciados. A essa diversidade original adiciona-se a diversidade da empresa colonial de **dois povos** ibéricos - espanhóis e portugueses - cujas *acentuadas diferenças não devem ser minimizadas*. A interação entre os diversos colonizadores e os diversos nativos se refletirá na diversificada face dos vice-reinados castelhanos e das diversas capitanias lusitanas na América.

Uma diferenciação adicional se dará com a importação da mão-de-obra escrava africana (por sua vez oriunda de diversos contextos do continente negro), de presença muito significativa principalmente em nossa costa atlântica.

América Latina, seria apenas a porção de terra que fica entre o continente antártico e os Estados Unidos? Temos em comum a **língua** (que são duas), a **religião** (cuja porcentagem, influência e características não são uniformes) e a **pobreza** (assimetricamente dividida) que nos diz que estamos na periferia do sistema internacional.

A diversidade de um continente em construção. Isso quer dizer que o que havia foi destruído, o que foi trazido não pode ser transplantado e o novo ainda não se consolidou.

Essa construção também nos distancia dos novíssimos países africanos, frutos da recente descolonização. A artificialidade de suas fronteiras, a debilidade dos seus Estados Nacionais, a carência dos seus quadros e uma liderança nativa, os diferencia de nossa América adolescente, de elite crioula (*mazombo*).

## **2. Independência e Dependência**

A aquisição formal de nossa soberania no século XIX reflete o esgotamento da empresa colonial ibérica, a ascensão de novos impérios e a divergência de interesses entre as elites metropolitanas e as elites locais, inclusive pela articulação destas com aqueles outros impérios, como é o caso do Brasil em relação à Grã-Bretanha.

A independência segue-se o fracionamento político do antigo império espanhol. As múltiplas bandeiras, equipes de futebol ou cadeiras nas Nações Unidas não compensam a fragilização desses atores diante das grandes potências do sistema internacional. No caso do império português, uma tradição mais unitária daquela nacionalidade construída no embate contra os mouros e os castelhanos se reproduz no Novo Mundo. Como única monarquia continental, com uma retórica de potência (**Império do Brasil**), uma casa real e mecanismos parlamentares de alternância de facções das elites no poder (a “gangorra imperial”, tão frizada por João Camillo de Oliveria Torres), foi possível à parte lusitana da América consolidar sua unidade política, malgrado as diferenças locais, as tensões e as tentativas de secessão.

O projeto colonial se fez a partir da escravidão e da servidão, de sociedades rigidamente estratificadas, com a aristocracia fundiária e o estamento burocrático no topo, os homens livres brancos (artesãos, comerciantes, funcionários, minifundiários) no meio, seguindo-se os mestiços assimilados e, na base, os mestiços menos assimilados, os negros e os índios. Os novos Estados, o sistema econômico, o exército e a Igreja Católica romana funcionaram como legitimadores, garantidores e reforçadores dessa sociedade, afinal um eco do hierarquismo caracterizador da ordem cristã medieval européia.

Somos os último grande projeto de cristandade. A Reforma Protestante do século XVI retirou a metade norte da Europa do domínio papal (o Leste já era Ortodoxo) e permitiu aos povos do sul uma crescente soberania. As armas ibéricas vieram até aqui para expandir “a fé do império”. Nesse absoluto monismo ideológico e monolitismo institucional não havia lugar para a distinção entre Igreja, Estado e Sociedade Civil. A Santa Inquisição serviu de instrumento de reforço e essa ordem pré-moderna, pré-científica, pré-democrática e pré-capitalista.

Parafraseando, poderíamos afirmar que o projeto colonial ibérico foi “a vanguarda do atraso”.

A independência dos Estados Americanos não foi liderada pelos povos nativos, mas pelos descendentes da elite transplantada. A mudança se faz apenas ao nível do Direito Internacional Público, pela aquisição formal da soberania, pela presença de bandeiras e hinos próprios. Espanha e Portugal continuaram a nos governar por intermédio dos seus filhos. O príncipe-regente do Brasil, Pedro, nosso primeiro imperador, abdicará do trono, volta para Portugal onde se faz rei, morre e deixa o seu filho Pedro II no trono brasileiro e sua filha Maria da Glória no trono português.

A independência mantém intocada a estrutura social, as relações de produção e as relações de poder, nesse modelo denominado por Raymundo Faoro de **patrimonial-estamental**, a partir de uma abordagem weberiana<sup>2</sup> O estamento técnico-burocrático-militar integrado - inclusive e principalmente por laços de sangue - à aristocracia fundiária e mineradora e ao alto clero. Daí, para usar a distinção de Gramsci, já nascemos com um Estado forte e uma Sociedade Civil débil<sup>3</sup>

O processo de abolição da escravatura será lento, e a abolição da servidão muito mais lento ainda, subsistindo até os nossos dias. Os negros, os índios, os mestiços e as mulheres lutam, há cinco séculos, pela aquisição de uma cidadania plena, excluídos legalmente, primeiro, e discriminados socialmente, depois. Por muito tempo o nosso viciado sistema eleitoral restringia-se aos “varões bons” (homens brancos e proprietários). Outra face da discriminação legal e/ou social se dará ao nível da

religião e da ideologia política (participação apenas de católicos e conservadores).

Há um caráter predatório na empresa colonial. O ibérico, sentindo-se superior, vinha para explorar e fazer riqueza. Vianna Moog nos chama a atenção para o contraste com o colonizador norte-americano. Neste a ruptura com o passado e o desejo de criar uma nova pátria; naquele a extensão do passado e da pátria-mãe<sup>4</sup>

O capitalismo ia rapidamente substituindo a ordem medieval no Velho Mundo, com as classes em mobilidade substituindo os velhos e rígidos estamentos. A burguesia em ascensão, com sua ética de valorização do trabalho e da poupança. Ética construída com forte contribuição calvinista, conforme Weber, Tawney e outros<sup>5</sup> Enquanto isso nós nunca conseguimos passar do estágio mercantil do capitalismo, presos aos resquícios do feudalismo e à ética aristocrática de desvalorização do trabalho e da ostentação da riqueza. No lugar de colégios técnicos, as raras escolas superiores da época colonial se dedicavam à Teologia, ao Direito, às Letras, às Humanidades e à formação Militar. Vamos entrando no capitalismo empurrados pela História, despreparados e resistentes ao nível de nossas elites e de sua ideologia.

À independência se segue a continuação da dependência, tanto ideológica (seguindo com atraso as últimas modeas européias), quanto econômica, com a Espanha e Portugal dando lugar à Grã-Bretanha, primeiro, e aos Estados Unidos, depois.

### **3. A Competência das Elites**

Reforma, Renascimento, Capitalismo, Revolução Industrial, Democracia, Socialismo, as grandes idéias e movimentos que vão abalando e impulsionando o hemisfério norte-ocidental passam ao nosso largo, porque refletem outra estrutura, outra conjuntura e outros pensamentos. Nós somos a atualidade de ontem.

Separada e dominadora sobre as massas de escravos e servos a nossa elite sempre se viu européia. Para lá mandavam seus filhos a estudar e a tomar "banhos de civilização", de lá importavam modos, modas e modismos. Dentro das mesmas famílias, enraizadas no mesmo latifú-

dio, vimos surgir uma divisão retórica dessa elite entre “conservadores” e “liberais”, estes mais urbanos e cosmopolitas.

As nossas Constituições nacionais foram belos exemplos formais dessa importação de atualidade, aqui pairando sobre a realidade, ora como réplicas mestiças da carta de Filadélfia, ora (como no caso brasileiro de 1824) um reflexo das experiências britânica e francesa. Intelectuais orgânicos não das massas, mas da ordem, sempre os tivemos, maiormente entre os graduados de Direito, com sua notória capacidade de malabarismos de redação, os chamados “casuísmos”. Enquanto os nossos constituintes de 1891 eram contra a extensão do voto às mulheres, pois na sua opinião (dos conservadores) isso “destruiria a família”, os “liberais” votavam esse direito para as mulheres empresárias ou portadores de diploma de nível superior, quando no Brasil não havia qualquer mulher com aquelas qualificações.

Neste século algumas modificações significativas ocorreram, com o eixo do poder se deslocando lentamente do campo para a cidade. A expansão do comércio, da indústria e dos serviços resultará na expansão de uma burguesia que progressivamente se tornará hegemônica em relação à velha aristocracia, sem que nunca venha a com ela romper.

Na América Latina melhor se aplica a “teoria da circulação das elites”, de Pareto: as antigas elites perdem a hegemonia, mas não desaparecem quando sabem absorver as contra-elites em expansão e se livrar dos seus setores mais retrógrados. Todos sobem e ninguém desce. É essa contra-elite dos setores médios em expansão que será responsável por avanços institucionais, como o voto universal e secreto, a separação entre Igreja e Estado e a inclusão de dispositivos sociais nas Constituições.

As elites se ampliam e diversificam seus interesses, sem que esses “conflitos compostos” (na expressão de Luciano Martins<sup>7</sup>) signifiquem qualquer ameaça à ordem vigente ou possibilidade de ascensão revolucionária dos setores populares.

Situações climáticas adversas, a opressão dos latifundiários, a atração por melhores salários e direitos sociais concorreram para um fenomenal processo de urbanização do nosso continente, sem precedentes no Terceiro Mundo. Em seu primeiro período, mais lento, entre as duas

---

Grandes Guerras, esse novo proletariado se associará aos setores “liberais” das elites e aos setores médios reformistas (sob a hegemonia dos primeiros) no processo de expansão controlada das reivindicações de cidadania, que se tornou conhecido pelo nome de **populismo**.

Uma vertente mais lúcida desse fenômeno, com uma elaboração mais científica mais acurada e com uma assessoria técnica, propugnará por uma proposta **desenvolvimentista**, que envolverá cepalinos, comunistas e nacionalistas, favorecendo uma aliança da burguesia dita progressista com o operariado, o campesinato e a intelectualidade em uma saída nacional, em aparente conflito com os centros internacionais do poder, mas, ao mesmo tempo, crendo-se como **etapa** a caminho dos padrões vividos por aqueles centros. A ala mais nacionalista dessa proposta integrará o movimento dos países “não-alinhados”, expressão do que ficou conhecido como **terceiromundismo**.

Os anos 60 conhecerão o esgotamento do desenvolvimentismo. O populismo entra em crise pela impossibilidade de atender às crescentes reivindicações populares sem pôr em perigo os privilégios e a ordem. A revolução cubana empolgará a imaginação da juventude das classes médias e dos setores mais conscientes e articulados do operariado e do campesinato. Uma facção da elite industrial agro-exportadora e financeira acelera sua integração associada e dependente do sistema capitalista internacional. O “desenvolvimento” deveria se fazer por essa via (modernização conservadora), o que incluiria a captação de recursos externos, via empréstimos e uma compressão salarial interna, como forma de acumulação de capital, o que requereria uma contensão das demandas sociais pelo emprego dos únicos setores preparados para isso: as Forças Armadas.

Em uma década, quase toda a América Latina cairia sob ditaduras militares, com os aplausos de suas elites, a aprovação da pequena burguesia amedrontada e o beneplácito do grande irmão do norte, além das bênçãos da Santa Madre Igreja. Essa versão retardada e periférica da Guerra Fria elabora uma “Doutrina de Segurança Nacional” e a legitimação da **eficiência**, com seus “milagres econômicos”, miragens que a tantos de nós hipnotizou...

A tradição do formalismo constitucional liberal-democrático foi interrompida. Os direitos humanos foram violados. As pequenas e médias empresas nacionais levadas à falência, à integração forçada aos setores internacionalizados ou reduzidas à subalternidade e à impotência. Parlamentos fechados, imprensa sob censura, a atividade partidária e sindical suspensa ou sob intervenção.

A crise do petróleo (1974) esvazia o “milagre”, a face cruel do brutal endividamento externo se faz visível, a burguesia reclama a prisão e a tortura dos seus filhos e a nossa “má imagem” junto aos povos “civilizados”, as tendências nacionalistas dos militares incomodam as elites internacionalizadas, pois estavam “atrapalhando” a lógica daquela opção. Uma democratização controlada e “pelo alto” era a maneira mais segura de resguardar interesses, assim entendia a *trilateral*.

Os anos 80, economicamente, são considerados a “década perdida” para a América Latina. Mas, reprimida, controlada, cooptada, manipulada ou esvaziada, a revolução cultural dos anos 60 e início dos anos 70, com seu potencial libertário, se poderia encetar a volta à democracia liberal e ao regime civil, mas, como advogava o general Golbery do Couto e Silva, por meio de uma transição “lenta, segura e gradual”. Ou seja, uma mudança para que tudo continuasse no mesmo lugar, a permanência dos mesmos no poder, assegurada pela democracia e pelo voto.

Faces novas (novos “produtos” políticos) são lançadas no mercado, como salvadores, com o voto dos “descamisados”: a nova classe miserável de migração recente, ideologicamente conservadora, sub-empregada ou no mercado informal, desorganizada. As ditaduras conservadoras criaram a base social de sua sustentação pela via eleitoral democrática.

#### **4. A Onda Neo-Liberal**

Enquanto isso o mundo capitalista ia vivenciando uma maré ideológica conservadora: a era Reagan-Tatcher-Khol-Paulo II e o vírus da AIDS. Um mundo retrógado, reacionário, cinzento.

Nesse mundo ficará o triste legado social do ciclo militar latino-americano, dos mais trágicos: a estrutura fundiária intocada, a estagna-

---

ção das comunidades rurais, a invasão dos territórios indígenas, a deterioração da qualidade de vida das grandes cidades, desemprego, fome, violência, infância e velhice abandonadas, analfabetismo, falta de habitação, transporte, decadência dos serviços públicos, particularmente da educação e da saúde, justiça lenta, prisões abarrotadas, corrupção generalizada, inflação. O Estado que foi privatizado pelas elites está sendo destruído em sua função social. A concentração da renda é crescente, não só com a miserabilização dos pobres, mas com o empobrecimento da classe média. O grosso da renda nacional - mesmo dos países com melhor desempenho econômico - se destina ao pagamento interminável dos juros da dívida externa.

A queda do muro de Berlim e a decadência da vertente bolchevique do socialismo geram uma crise mundial das utopias, com reflexos na juventude latino-americana, privada de ideais e de esperança. Nessas condições prolifera a apatia, a acomodação pelo sistema. Com o reforço manipulador da mídia, domestica-se uma geração, condenada à nulidade histórica.

O farol cultural foi deslocado da Europa para os Estados Unidos. Os nossos jovens tecnocratas estudaram lá e foram colegas dos jovens tecnocratas de lá. O rolo compressor do discurso néo-liberal invade a imprensa, as livrarias, as universidades, os parlamentos: menos Estado e mais Mercado, menos leis sociais e mais competição, menos regulação e mais livre iniciativa, menos solidariedade e mais eficiência. A desigualdade é inevitável, bem como, o preço a ser pago pelo novo determinismo histórico e a nova síntese: o capitalismo liberal-democrático (vide o "fim da História, do Francis Fukuyama). Novos presidentes de república comprometidos com essa proposta governam quase todo o Continente.

Se o néo-liberalismo apenas deixou para os Estados Unidos a restauração do orgulho nacional, ao lado (como analisou John Kenneth Galbreith) do colossal endividamento e fenomenal déficit público, aumentando o fosso entre os ricos e os pobres, imagine-se o que acontecerá com essa receita para a já combalida América Latina?

### **5. Instituições e Atores Políticos**

Podemos perceber que o edifício jurídico-formal constitucional dos países latino-americanos se destina ao consumo externo, como sinal de "civilização" junto ao Primeiro Mundo e aos organismos internacionais, bem como à satisfação da auto-imagem das nossas elites. Esse sistema jurídico, liberal e democrático, não é resultado de um autêntico pacto social de todos os atores políticos nacionais, nem há, em decorrência, um compromisso moral de sua manutenção a qualquer custo. Golpes de Estado militares ou bonapartistas têm interrompido a vigência da ordem constitucional, quando isso for do interesse das elites.

Ou seja, a democracia liberal será válida quando e enquanto a maioria do povo vote "livremente" pela ordem de desigualdade, pela manutenção dos privilégios das elites, e pela sua própria auto-exclusão da partilha do poder, da propriedade e da renda, ou seja, das dimensões econômicas e sociais da democracia. Democracia conquanto que o povo fique "no seu lugar".

O sistema eleitoral censitário ou capacitário excluiu, por muito tempo, a maioria da população. O voto universal foi duramente conquistado, e se constitui em um perigo em potencial, quando o povo resolve não votar "corretamente", ou seja, contra si mesmo.

O **presidencialismo**, como sistema de governo, tem funcionado como uma fachada pseudo-democrática para o autoritarismo unipessoal, para a legislação do caudilhismo. O **poder executivo** tem vivenciado diversos graus de hipertrofia em todos os nossos países. o **poder legislativo**, mesmo integrado majoritariamente pelas elites (com ocasionais minorias de classe média e de trabalhadores) aparece sempre fragilizado, desempenhando um papel político secundário e subalterno, a reboque do executivo, e apresentado ao povo como "bode expiatório" da corrupção ou da ingovernabilidade. Semelhante dependência sofrerá o **poder judiciário**, com a cúpula oriunda das mesmas elites, tecnicamente desaparelhada, lenta, tantas vezes impotente, e sem credibilidade perante o povo, como guardião da Lei e recurso último dos que sofreram violações dos seus direitos.

---

No presidencialismo apenas se escolhe, periodicamente, dentre uma lista de candidatos apresentados pelos partidos oligárquicos, quem irá ser o nosso imperador para o próximo período. Esse sistema permite o ressurgimento cíclico do **messianismo** como traço da nossa cultura política: não é o povo organizado que consegue uma saída para os seus problemas, mas um “príncipe providencial”. No caso da cultura lusa o denominamos de **sebastianismo**, em virtude do mito do regresso de D. Sebastião (derrotado pelos mouros na batalha de Alcácer-Quibir) para salvar a pátria portuguesa.

Alie-se ao executivo forte a prática da **centralização administrativa**. A maioria dos nossos países optou pela forma **unitária** de Estado, com um poder central forte e províncias e municipalidades sem autonomia política. Aqueles poucos que optaram pela forma **federativa** têm presenciado dispositivos constitucionais limitadores da autonomia dos Estados-Membros, particularmente de natureza financeira e tributária. Os donos do poder central não dependem dos donos do poder regional e local, mas dá-se uma inversão dessa pirâmide de autoridade, com a tutela e o mandonismo a partir de cima.

Um obstáculo à consolidação democrática em nossos países tem sido a presença de fortes resquícios de **poder patrimonial**: o Estado como extensão do patrimônio das elites, uma ação entre parentes e amigos (“para os amigos tudo; para os inimigos a Lei”). A Lei será violada, burlada, manipulada ou mudada, desde que aqueles interesses não sejam tocados. Falta conduzir a transição em direção à **burocratização** administrativa, com o império isonômico da Lei e um corpo de funcionários de carreira, que ingressem por concurso no serviço público e nele ascendam apenas por mérito.

“Se Karl Marx vivesse na América Latina - disse um observador norte-americano - ele defenderia o caráter determinante da variável familiar, e não da variável econômica”. A consangüinidade, o compadrio, a amizade, são laços decisivos na teia do poder em nossos países, em todos os níveis.

Dai a ênfase do programa da “Frente Brasil Popular” nas eleições presidenciais brasileiras de 1989, na **desprivatização** do Estado. O Esta-

do foi privatizado pelas elites oligárquicas, com os incentivos fiscais, com um direcionamento privado das cargas tributárias (sem falar na sonegação dos impostos), pelas dívidas previdenciárias e empréstimos não cobrados, pela decisão de emprego orçamentário para este ou aquele setor, pela reserva de mercado (monopolizado ou oligopolizado), pela falta de transparência das decisões e pela ausência no processo decisório de representantes de todas as partes interessadas. Processo decisório sempre excludente. Seja pelas limitações formais à participação, seja pela fraude que torna viciado o processo participatório e injusto os seus resultados.

Os nossos **partidos políticos** - ator político constitucional por excelência - surgem como resposta formal a um requisito legal, como clubes de facções das elites, girando em torno de figuras caudilhescas, visando o exercício monopolístico do poder e a partilha das benesses do Estado. Bem depois é que veremos a criação de partidos agrupadores das classes médias, jogando um papel secundário. Os partidos de base popular serão mais tardios e mais limitados ainda no seu papel de representantes de interesses.

Falta à maioria dos nossos partidos políticos explicitação programática, clareza ideológica e compromisso de representação política, além da inorganicidade: só funcionam às vésperas das eleições. Como as diversas siglas e agremiações formam, no fundo, um só e grande "partido": o **Partido dos Poderosos**, há uma frequente e despudorada troca de camisas por parte dos seus integrantes. Suas divergências são localizadas e secundárias, em torno do mesmo sistema. Ou, como se disse em relação aos partidos norte-americanos: "A diferença entre o Partido Democrático e o Partido Republicano é a mesma diferença que há entre a Coca-Cola e a Pepsi-Cola..."

Os partidos representativos dos setores médios e populares ora são excluídos do processo, acusados de "subversivos", ora têm essa participação limitada por *casuísmos legais*, falta de condições materiais e ausência de espaço na mídia.

Aí se entra na questão da **hegemonia ideológica**, dessa capacidade das elites de passarem a sua cosmovisão para as classes subalternas: o

---

oprimido encarando o mundo, a vida e o seu lugar a partir da ótica de interesses do opressor. Nesse processo, importantíssimo papel é desempenhado pelos veículos de comunicação em massa, pelas manifestações artísticas, pela escola (ideologia dos professores + livros didáticos), e pela própria igreja. Os jornais são muito mais “quadros de avisos da burguesia”, (registre-se os conflitos entre os proprietários e os jornalistas independentes), mais o rádio e, particularmente, a televisão, “fazem a cabeça” do povo, mistificando, alienando e anestesiando.

Imigrantes e viajantes, imbuídos de ideais libertários, como o anarquismo e o socialismo, foram os responsáveis pelo surgimento do **sindicalismo** latino-americano, inicialmente nos núcleos urbanos em incipiente processo de industrialização. Páginas épicas foram escritas por esse movimento, na afirmação do seu direito à existência, na luta por seu espaço como interlocutor social e ator político, e em defesa de conquistas trabalhistas e previdenciárias. Avanços foram conseguidos em articulação com setores liberais mais lúcidos dos estratos médios e da própria burguesia.

O sindicalismo católico, o sindicalismo de resultados (inspirados na AFL-010), leis limitadoras e atrelativas ao Estado (influência da *Carta del Lavoro* fascista) e o paternalismo dos caudilhos obstacularam um maior avanço do nosso sindicalismo. Violentamente reprimido durante as ditaduras militares, em virtude de sua força crescente, sua cada vez maior presença entre o campesinato, e pela vinculação dos seus líderes a partidos de orientação marxista, com a defesa do socialismo em um contexto de Guerra Fria.

O ocaso do ciclo militar viu ressurgir um sindicalismo independente e combativo em vários países do continente, com crescente importância política (como a CUT brasileira e sua relação com o PT), atualmente sob forte pressão das elites conservadoras, que estimulam a sua divisão e prestigiam os setores “bem comportados” (“pelegos”) ou “modernos” (“de resultados”) daquele movimento.

As ditaduras militares, a censura à imprensa, o fechamento ou a repressão aos parlamentos e partidos, o férreo controle dos sindicatos, concorreram para o surgimento na América Latina, nos anos 70, de for-

tes **movimentos sociais**, de base, como canais de expressão, de participação política e de defesa de interesses. Associações de moradores, conselhos de vizinhança, clubes de mães, comunidades eclesiais, movimentos étnicos (de negros, de índios, de imigrantes), movimentos de grupos sexuais (feministas, de homossexuais, etc), grupos pacifistas, ecologistas, permitiram uma redinamização do processo político e concorreram para a reabertura dos regimes e para alterações nos sistemas constitucionais.

A coesão e a dinamicidade desses movimentos durante as ditaduras (unidos contra um inimigo determinado) não foi mantido com a reabertura democrática (inimigos difusos, divisões, cooptação, mudança do clima internacional, etc.), com a falta de renovação de suas lideranças e uma crescente apatia ou desânimo de amplas camadas populares.

Essas mudanças podem também ser percebidas a nível dos **grupos religiosos**. A Igreja Romana, sob o impacto do Vaticano II e de Medellín, se moveu do aristocratismo e do anti-comunismo para o apoio aos movimentos populares, e sob João Paulo II vai se movendo de volta a posturas cada vez mais espiritualistas e tradicionalistas. O protestantismo se move do “destino manifesto” civilizatório para o constantinismo e deste evolui para uma maior consciência política, com dificuldades para a vivência do pluralismo que a democracia requer e para o reconhecimento de que todo discurso teológico é ideologicamente condicionado.

Outra grande incógnita para o futuro político do nosso continente é o papel das **Forças Armadas**, com seu histórico passado de intervenção e tutela sobre as instituições, fortemente influenciadas pelo espírito da Guerra Fria. Garantiram a modernização conservadora, saíram desgastadas e com a imagem arranhada pelo período, além do que suas posturas nacionalistas se tornaram incompatíveis com o escancarado entreguismo dos fiéis néo-liberais, seus antigos aliados. Resta saber se as mudanças no cenário internacional, as novas experiências democráticas em seus países, a presença dos seus oficiais e sargentos nas Universidades poderá concorrer para uma alteração em sua mentalidade e na auto-percepção do seu papel constitucional.

## 6. Utopias para a América Latina

---

Transição e diversidade, crise e construção, parecem ser as marcas do Continente em nossos dias, de uma sociedade complexa, de problemas aparentemente insolúveis. Uma frustrante sensação de fatalidade. De fora da festa do "clube dos ricos", sem poder se rebelar contra ele, nem de juntar-se a ele, mas dele depender, em permanente vulnerabilidade e subalternidade.

Neste Continente estão os cristãos políticos. Aliados da Providência, vendo a História em seu conjunto e, além disso, comprometidos com os valores do Reino de Deus, os cristãos políticos devem se esmerar em uma teologia da vocação, em uma preparação de quadros que ultrapassem os compromissos corporativos, mas busquem a promoção do Bem-Comum.

Co-beligerantes com parceiros seculares, devem renovar nossa disposição de luta por uma ordem mundial capaz de garantir efetivamente o direito à igualdade entre os países, à sua auto-determinação e à sua integração mundial não-subalterna. Utopia que é acúmulo e renovação crítica da história das propostas libertárias da civilização: liberdade, pluralismo, organização, justiça social, amplos mecanismos de representação e participação, transparência e responsabilidade dos órgãos de governo, lazer, qualidade de vida, defesa da natureza, fim da discriminação, igualdade de oportunidades, pluralidade de formas não-monopolísticas e não-oligopolísticas da vida econômica, promoção da cidadania.

Poderão esses temas, diante de uma conjuntura que os reduzem a "ossos secos" da História, reviver e avançar pela ação de cristãos autênticos?

A Fé, a capacidade de uma "santa indignação" e uma antropologia bíblica serão fundamentais nessa tarefa de construção histórica de um socialismo renovado para o nosso continente, pois, como reconhece recente documento partidário:

O Socialismo, para ser humanístico e democrático, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem os seres humanos reais - com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos - e não um mítico ser humano perfeito que não é outra coisa senão uma negação do ser humano.<sup>8</sup>

---

Não teria sido justamente aí - pela não compreensão da natureza humana - que teriam falhado as utopias? Para buscar novas saídas não teremos que ir além do *homo economicus* ou do *antropos politikon*?

Rose-Marie Muraro, uma pensadora católica progressista, crê que a diferenciação social começa já com os recém-nascidos: o choro do bebê rico é sempre e prontamente atendido com leite, água, remédio e carinho como resposta, o que predispõe para a consciência do domínio; o choro do bebê pobre tantas vezes não resulta em resposta, demonstrando o caráter vão de suas demandas e dos seus protestos, o que o predispõe para uma consciência de fatalismo e submissão.<sup>9</sup>

Psicanalistas advogam que nem o opressor nem o oprimido querem estar conscientes de sua situação: o opressor que livrar-se do peso da consciência e o oprimido do dever da rebelião, que poderia conduzi-lo à prisão e à morte.

O nutricionista Nelson Chaves, estudando as crianças filhas de camponeses da zona canavieira do nordeste do Brasil, constatou que a sua sub-nutrição na primeira infância provocava lesões cerebrais irreversíveis, tornando-as adultos apáticos, de reduzido raciocínio.

Se adicionarmos essas variáveis à realidade da hegemonia ideológica e da psicanalisticamente nunca solucionada questão: princípio do prazer x princípio da dor x princípio da realidade, nos daremos conta que discursos e passeatas poderão ser insuficientes para acordar o povo latino-americano e fazê-lo marchar em direção à terra prometida.

Poderão nossos ritos e reza atingir esse povo em um nível mais profundo, com uma mística lúdica engajada? Para tanto poderemos superar conflitos intra-eclésiásticos, romper com tradições, vivenciar uma moderada inconoclastia e uma santa anarquia, na construção de um socialismo democrático moreno? Ou seria essa uma tarefa para mais 500 anos?

### Notas

1 **A Democracia Coroada: Teoria Política do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, José Olimpio, 1957

- 
2. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**, Globo-USP, Porto Alegre-São Paulo, 1975.
  3. GRAMSCI, Antonio. "State and Civil Society" in **Selections from Prison Notebooks**, New York, International Publishers, 1973.
  4. **Bandeirantes e Pioneiros - Paralelo entre duas Culturas**, 2ª ed., Porto Alegre-São Paulo, Globo, 1961.
  5. WEBER, Max **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, S. Paulo, Zahar, 1975 e TAWNEY, R H **Religion and the Rise of Capitalism**, N. York, Mentor Books, 1963.
  6. PARETO, Vilfredo **Elementos de Sociologia**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
  7. **Politique et Développement Economique: Structure du Pouvoir et Systeme de Decision au Brésil (1930-1964)**, Paris, Tese de Doutorado, 1973, mimeografado.
  8. **Um Projeto para o Brasil** (Proposta de Resolução Política), tese de estudo do 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores.
  9. **Seis Meses em que Fui Homem**, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Ventos, 1990.